Temas relevantes da agenda federativa

Agosto de 2014

ipea
Por um Brasil desenvolvido

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Relatório produzido nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2011), firmado em 2011.
Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).
Pesquisador responsável: Antonio Lassance.
antonio.lassance@ipea.gov.br

Colaboraram para este relatório (no levantamento das informações de calendário) Leonardo Meira Reis (bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, do IPEA) e Crislaine do Nascimento (da Subchefia de Assuntos Federativos da SRI).

As opiniões expressas neste documento não representam opiniões do IPEA ou da SRI.

Agenda federativa do mês de agosto

Está prevista a sanção do Simples Nacional (PLC 60/2014). As novas regras do programa permitirão incluir um número maior de empresas no regime simplificado de tributação.

Aguarda sanção ou veto o PLC das guardas municipais. A proposta cria o Estatuto das Guardas Municipais e permite o uso de arma de fogo. Na prática, possibilita a criação de polícias municipais, reivindicação de prefeitos e dos próprios guardas municipais, mas também alvo de críticas[1].

Já está em vigor a lei que regulamenta as parcerias do setor público com ONGs, o chamado Marco Legal das Ongs (Lei nº 13.019/2014). A proposta estabeleceu novas normas gerais para parcerias voluntárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com organizações não governamentais (ONGs).

Também entra em vigor em agosto o Projeto "Porto Sem Papel", com base no Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários. O sistema, desenvolvido pela Secretaria de Portos da Presidência da República, desburocratriza procedimentos e espera reduzir, em média, 25% do tempo de estadia dos navios nos portos brasileiros.

Expirado o prazo de 2 de agosto para o fim dos lixões a céu aberto, previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a maioria dos municípios ainda não conseguiu cumprir a determinação de prover a adequada disposição final dos rejeitos. Sem o cumprimento da lei, os prefeitos ficam sujeitos a multas e ações na Justiça por crime ambiental.

[1] DAMOUS, Wadih. Armamento das guardas municipais: Dilma com a palavra. São Paulo: **Carta Maior**, 2 de agosto de 2014.

Os prefeitos fazem pressão para que se estabeleça um novo prazo. No Congresso, alguns parlamentares tentam incluir a mudança em uma das medidas provisórias em tramitação (MPs 649, 651 ou 652).

Em ritmo de campanha eleitoral, Câmara e Senado tentam realizar uma semana de esforço concentrado, a partir do dia 5. Várias propostas aguardam deliberação do plenário e nas comissões.

Entre elas, a PEC que estabelece orçamento impositivo para emendas parlamentares (PEC 358/2013, em análise na Câmara), a regulamentação da jornada de trabalho dos enfermeiros e criação da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal (PL 5741/13).

Na Câmara dos Deputados, porém, as votações estão, mais uma vez, sob ameaça de obstrução de partidos que buscam votar projeto que suspende o Decreto que criou o Sistema Nacional de Participação Popular (8.243/2014).

Também na Câmara, a comissão especial que analisa propostas de aumento dos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) se reúne para votar o relatório final. O texto do relator que irá a votação determina que o percentual da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinado ao fundo passe de 23,5% para 25,5%[2].

Pode ser aprovado, em comissão, o projeto que obriga a União a ajudar municípios a pagar o piso salarial nacional dos professores. A proposta tramita em caráter conclusivo e conjunto nas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

[2] A proposta é defendida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A Constituição atualmente estabelece para os municípios o percentual de 22,5% do Imposto de Renda e IPI, além de 1% entregue nos dez primeiros dias de dezembro, o que totaliza 23,5% de repasse.

No Senado, continua pronto para votação em plenário o projeto de lei que instituir novas regras de licitação para a compra de bens e contratação de serviços pelos governos federal, estaduais e municipais (PLS 559/2013). O projeto eleva a punição aos fraudadores de licitações e altera as leis 8.666/1993, 10.520/2002 e os artigos 1 a 47 da Lei 12.462/2011 (que criou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, o RDC).

Também no Senado, o projeto que estende a municípios a desoneração dada a empresas está em fase de deliberação da CAE. Em seguida, irá para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) deve analisar (dia 5) o relatório ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014). Plenário 2 do Anexo da Câmara dos Deputados.

O Congresso deve analisar 33 vetos presidenciais. O mais importante deles foi ao projeto que regulamentava a criação, fusão e emancipação de municípios. O PLS 98/2002 foi integralmente vetado pela presidenta da República. Alternativamente, foi apresentada nova proposta (PLS 104/2014, também, como a anterior, do senador Mozarildo Cavalcanti, PTB-RR), já aprovada no Senado e modificada pela Câmara dos Deputados. O texto retornou à Casa original, para a votação final dos senadores.

Outros vetos a serem analisados incluem o projeto de implantação de faixas, passarelas ou passagens subterrâneas para travessia de pedestres perto de escolas (PL 4268/08) e o que regulamenta a atividade dos condutores de veículos de emergência (PL 7191/10).

Também na lista de vetos o projeto que estabeleceu a exigência de estações de apoio a motoristas nas rodovias administradas por concessionárias (PL 785/11).

No Judiciário, as decisões mais importantes podem vir com a possível transformação de súmulas do STF em súmulas vinculantes.

Entre os temas envolvidos em súmulas que podem se tornar vinculantes há várias questões federativas, como

- A competência dos municípios para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial,
- As regras de vencimento de servidores públicos,
- A competência da União para legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do Distrito Federal,
- A eficácia de medida provisória e cobrança do ICMS de mercadoria importada,
- A constitucionalidade de alíquotas progressivas do IPTU,
- O princípio da anterioridade da obrigação tributária,
- A taxa de iluminação pública,
- A vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária,
- A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos,

O STF deve também decidir sobre a alíquota diferenciada de ICMS para serviços de energia elétrica e telecomunicações.

Calendário federativo, agosto

1º Encontro Regional com órgãos Integrantes da Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade – INMETRO (para os estados das regiões Sul e Sudeste). Em Porto Alegre – RS (29/07 a 01/08/14). É um exemplo de rede pública de cooperação entre órgãos estatais de vários entes federativos.

Entra em funcionamento o Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários no Porto de Santos (SP), que visa desburocratrizar procedimentos de estadia dos navios nos portos brasileiros.

11a Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural (Agrifam). Realizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp)ocorre em Lençóis Paulista-SP (dias 1 a 3).

2 Prazo final para os municípios erradicarem os lixões a céu aberto. A determinação estava prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada há quatro anos. Os teriam que substituir os lixões por outras formas de disposição final dos rejeitos consideradas ambientalmente mais sustentáveis. Sem o cumprimento da lei, os prefeitos ficam sujeitos a multas e ações na Justiça por crime ambiental.

4 Prazo para adesão de escolas públicas ao Programa "Mais Educação", que visa ampliar a oferta de educação em tempo integral. As inscrições podem ser feitas pela internet. A meta do governo é chegar a 60 mil instituições cadastradas até o final do ano.

Encontro da Região Sul sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o objetivo de discutir o trabalho desenvolvido com as famílias e que abrange o conjunto de serviços da proteção social básica e especial na atenção a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco. Local: Prado Velho, Curitiba-PR.

5 Câmara e Senado terão uma semana de esforço concentrado, a partir da terça (5), e podem votar diversas propostas, como a PEC que estabelece do "orçamento impositivo" para emendas parlamentares (PEC 358/2013, em análise na Câmara) e a regulamentação da jornada de trabalho dos enfermeiros, entre outras. Na Câmara, as votações estão, mais uma vez, sob ameaça de obstrução de partidos que buscam votar projeto que suspende a regulamentação dos conselhos populares feita pelo Executivo Federal (Decreto (8.243/2014). A possível pauta de votações na Câmara também inclui a proposta de criação da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal (PL 5741/13).

O Congresso tem sessão prevista para a análise de 33 vetos presidenciais. A principal questão federativa é a do veto ao projeto que estabelecia novas regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, vetado integralmente pela Presidenta (PLP 416/08).

Mobilização Permanente em Brasília, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em parceria com entidades municipalistas, estaduais e regionais. Nova mobilização vai contar com a participação de prefeitos de Rondônia, que reivindicarão, entre outras demandas, a ampliação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e prorrogação do prazo de adequação à Lei Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê o fim dos lixões.

O ministro da Secretária-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, participa de audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) (pela manhã) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) (à tarde), no Senado Federal, para debater o decreto que dispõe sobre a Política Nacional de Participação Social.

Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) pode analisar o relatório ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014). Plenário 2 do Anexo da Câmara dos Deputados.

6 A comissão especial que analisa propostas de aumento dos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) se reúne para discutir e votar o relatório.

11° Seminário Nacional de Resíduos Sólidos. Promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental promove. Na Fiocruz Brasília (dias 6 a 8).

7 Data prevista para a Sanção do Simples Nacional (PLC 60/2014), que alterou as regras do programa para incluir mais empresas. Palácio do Planalto, Brasília.

13 Seminário "Municípios e a construção de uma nova agenda" – Promovido pela Associação Brasileira de Municípios. Em Brasília, auditório ABM.

15 Prazo para gestores de escolas públicas e particulares enviarem os dados do Censo Escolar 2014 via sistema Educacenso.

Prazo para municípios que não prestaram contas dos recursos recebidos pelo Programa de Incentivo ao Transporte Escolar regularizarem a situação por meio do sistema on-line, disponível no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Prazo para instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, se candidatarem à Chamada Pública nº 02/2014 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visa atender mais de 1,8 mil trabalhadoras rurais do semiárido brasileiro em situação de extrema pobreza ou pobreza (agricultoras familiares, extrativistas, quilombolas, pescadoras artesanais e/ou mulheres indígenas), que vão contar com serviços de assistência técnica e extensão rural. A Chamada vai atender os territórios da cidadania de Curimataú (PB), Cocais (PI), Serra da Capivara (PI), Agreste Meridional (PE), Seridó (RN) e Mato Grande (RN).

Fim do prazo da consulta do Ministério do Meio Ambiente aos órgãos ambientais dos estados e municípios costeiros de todo o Brasil, referente às áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade Brasileira.

16 Prazo para instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, se candidatarem à Chamada Pública nº 01/2014 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visa contratar entidades para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em agroecologia e atender 1,2 mil trabalhadoras, preferencialmente organizadas em grupos produtivos. Serão contempladas com a chamada, mulheres rurais que vivem no Vale do Ribeira (SP), Médio Jequitinhonha (MG), Médio Alto Uruguai (RS), Planalto Norte (SC) e Baixada Cuiabana (MT)

18 III Seminário e VI reunião da Cooperação Internacional Descentralizada do Brasil: as atividades serão organizadas pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores, a Agência de Desenvolvimento do Amapá e o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI). Macapá (AP).

19 Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude - Participatório em Rede, organizado pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). O evento acontecerá nos dias 19, 20 e 21 de agosto, em Brasília/DF

20 Encontro Nacional Conhecimento e Tecnologia: Inclusão Socioeconômica de Catadores de Materiais Recicláveis, organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o Instituto de pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e a Universidade de Brasília (UnB). As atividades acontecem em Brasília/DF entre os dias 20 e 22 de agosto de 2014

27 Prazo final para a inscrição de Estados e Municípios ao prêmio sobre educação em direitos humanos. O prêmio é destinado a instituições educacionais e órgãos gestores da educação em estados e municípios. <Portal Federativo>

29 Prazo de cadastramento de propostas para os projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça. O objetivo é estabelecer parceria com as cidades, por meio de convênios, para a execução dos projetos que serão financiados com recursos do Programa Segurança Pública com Cidadania

31 Eleições suplementares para prefeito e vice-prefeito de Major Isidoro/AL;

Prazo para preenchimento do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS), ferramenta eletrônica com informações sobre entidades e organizações que prestam serviços socioassistenciais. O objetivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é coletar informações sobre as quase 17 mil instituições atualmente inscritas nos conselhos de Assistência Social.

Termina o prazo para os gestores públicos encaminharem sugestões ao texto do Grupo de Trabalho Aberto (GTA) da ONU sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que poderão ser incorporadas à posição brasileira nas negociações durante a 68ª sessão da Assembléia Geral da ONU, em Setembro.